

# DISCURSOS DE NACIONALIZAÇÃO E INSPEÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE ENSINO PRIMÁRIO EM SANTA CATARINA (1927)

*Data de aceite: 26/01/2024*

**Tibério Storch de Souza**

Universidade do Estado de Santa Catarina  
(UDESC/PPGE)

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Política; Intelectuais; Nacionalização do Ensino.

### NOTAS INICIAIS

A virada do século XIX para o XX foi marcada por intensa atividade política em todo o Brasil, com a República ainda jovem e seus contornos não tão bem definidos, muitos estados seguiram características próprias norteadas pelos seus projetos de desenvolvimento locais que tinham as elites estaduais como principais agentes políticos e articuladores. Em Santa Catarina estas elites se concentraram em fortalecer o ideal nacionalista com a ideia de assimilação progressiva das etnias que compunham a população catarinense da época, nesse sentido o sistema educacional e sua fiscalização, que haviam sido pouco estruturados durante

o período imperial, tornaram-se peças-chave e palco de diversas políticas visando reformas e reestruturações, seguindo os ditames dos novos valores cívico-patrióticos nacionalistas reivindicados a partir da cultura republicana emergente. A partir desta leitura inicial, este artigo busca trazer algumas posições de educadores, políticos e intelectuais catarinenses que participaram das discussões acerca do ensino primário no estado, com foco em suas posições acerca da nacionalização do ensino e seus métodos de inspeção e fiscalização.

Estudar como se manifesta a cultura política por trás dos projetos educacionais e falas dos educadores da época pode nos ajudar a compreender melhor o nosso presente e faz parte portanto, do ofício do historiador. Principalmente em tempos tenebrosos em que convivemos com projetos de lei como o PLC 3/2019 sobre o homeschooling e o PLS 193/2016 que versa sobre o ideário da Escola Sem Partido, é importante que nós enquanto historiadores saibamos identificar as intencionalidades

por trás dos discursos e falas daqueles que são responsáveis pela gestão do nosso sistema de ensino, isto para analisar tanto o passado quanto o presente.

No caso desta pesquisa focarei no ano de 1927, em que ocorreu a 1ª Conferência de Ensino Primário de Santa Catarina, este evento reuniu profissionais de diversas áreas. O mesmo já estava previsto no plano de governo de Adolfo Konder<sup>1</sup> em 1926, sendo pensado e arquitetado pelos altos cargos do governo catarinense da época, em uma reunião ocorrida em 12 de janeiro de 1927<sup>2</sup>. A realização da conferência foi justificada pelo pretexto de discutir temas relacionados a problemas e métodos de sistematização e modernização do ensino em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1927, p. 5). O evento ocorreu de 31 de julho a 10 de agosto de 1927.

As sessões da Conferência<sup>3</sup> bem como as teses apresentadas foram transcritas e compõem os Anais da Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário de Santa Catarina<sup>4</sup>. Tendo em mente que o mesmo foi constituído conforme as intencionalidades de agentes do governo estadual em conservar os testemunhos colhidos no evento em questão, segundo Paul Ricoeur (2000) esses testemunhos previamente destinados a posteridade são testemunhos voluntários, que dão corpo ao acontecimento a qual narram. Nas palavras do autor este testemunho deve ser tratado enquanto discurso que “consiste em alguém dizer alguma coisa a alguém sobre alguma coisa segundo regras” (RICOUER, 2000, p.191). Nesse sentido, irei observar os testemunhos escritos existentes nos anais enquanto discursos formados seguindo determinadas regras culturais de seu tempo e do próprio evento, isto para analisá-los conforme seus contextos de produção e sua carga simbólica.

Para dialogar com Paul Ricoeur e continuar a compor minha análise historiográfica acerca das falas presentes neste documento, bem como auxiliar a pintar como se desenhava o cenário político educacional da época, parto de encontro às ideias associadas a corrente da História Política, mais precisamente através dos escritos de Durval Muniz de Albuquerque (2009) sobre a importância e utilização dos discursos na construção do conhecimento histórico, para o autor todo discurso é emitido de um lugar temporal, espacial,

---

1 Nasceu no dia 16 de fevereiro de 1884, em Itajai/SC. Foi advogado e político catarinense, em 1918 foi nomeado Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo de Hercílio Luz. Pelo Partido Republicano Catarinense (PRC), elegeu-se Deputado Federal à 32ª Legislatura (1921-1923), sendo reeleito pelo mesmo partido na 33ª Legislatura (1924-1926). Pelo PRC, foi eleito Presidente de Santa Catarina (Governador), exercendo mandato de 28 de setembro de 1926 a 28 de setembro de 1930. Em 1930, também pelo PRC, elegeu-se Senador da República por Santa Catarina, para a 35ª Legislatura. Foi eleito deputado estadual também nas legislaturas 37ª (1935-1937) e foi Deputado Constituinte Estadual (1935). Permaneceu na função até 1937, quando todos os Legislativos do país foram fechados. Faleceu em 24 de setembro de 1956, no Rio de Janeiro/RJ. (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020)

2 Nesse encontro estavam presentes; Dr. Henrique da Silva Fontes, Cid Campos respectivamente, secretários da Fazenda e do Interior e Justiça; o major Pedro Cunha, enquanto Diretor do Tesouro, prof. Orestes Guimarães, inspetor federal das escolas subvencionadas pela União, e Mâncio Costa, chefe da Instrução Pública do Estado. (SANTA CATARINA, 1927, p. 5).

3 As sessões e votações da Conferência ocorreram no salão nobre da Escola Normal de Florianópolis, onde se localiza hoje em dia o Museu da Escola Catarinense.

4 Este pode ser encontrado de forma virtual do repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

institucional a partir de um lugar de fala e um lugar social (ALBUQUERQUE, 2009, p. 235). Sendo assim, o historiador precisa indagar por quem o discurso é emitido, delimitando seu período e em quais contextos políticos, sociais e econômicos o mesmo se insere, assim como observar a partir de que normas históricas e culturais o mesmo é disposto, como por exemplo, as redes de interesse e poder que o cercam.

É utilizando estas direções que irei dialogar com os Anais da 1ª Conferência de Ensino Primário, busquei olhar para os registros da Conferência, identificando mecanismos e falas que envolvam os ideais nacionalistas da época a partir da delimitação entre meios diretos e indiretos para obter sucesso nessa empreitada tida como uma “cruzada educacional de cunho patriótico” (SANTA CATHARINA, 1927, p. 280). Procurei verificar a quem estes meios eram direcionados e quais modelos e objetivos seguiam, para este fim trabalhei com dois dos quatorze eixos que foram escolhidos pela organização do evento, o tema de número 13 “Inspeção escolar - Como deve ser feita?” e o número 15 “Nacionalização e Ensino”.

Para analisar as políticas e ideais de nacionalização irei utilizar a ideia de cultura política, conceito trabalhado pelo historiador Serge Berstein (1998), o mesmo compreende a cultura política como um sistema de representações que nos permite estabelecer a visão e os projetos que os homens têm para a sociedade e que explicam os comportamentos políticos destes sujeitos em resposta aos problemas enfrentados pelas mesmas. Esta cultura se manifesta em diversos campos e sujeitos, como por exemplo, o sistema de ensino, religião e outras instituições com seus agentes públicos e privados. Paulatinamente e por diversos mecanismos as culturas políticas são disseminadas e passam a ser internalizadas como uma mensagem natural de cunho político.

Discorrerei sobre a participação dos intelectuais envolvidos na realização do evento, atuando enquanto intelectuais mediadores, que segundo Ângela de Castro Gomes (2016) são figuras de grande importância na construção de identidades culturais dos sujeitos e sociedades, mas que normalmente não são reconhecidos ou não se reconhecem pertencentes à categoria de intelectual, como era o caso desta Conferência onde participaram desde políticos a agentes de fiscalização do ensino, até militares e agentes da saúde, além de professores e diretores escolares, estes devem ser tratados e analisados enquanto atores estratégicos nos campos cultural e político.

Reforço a importância deste estudo pois ele passa pelos primórdios da criação das políticas educacionais de nosso estado republicano e, conforme Neide Fiori (1991) os ecos desta nacionalização imprimiram suas marcas para além do cenário da Primeira República, passando pelo ideal de formação de nacionalidade e identidade do povo catarinense construídos pelo poder público nas décadas seguintes.

Nesse sentido, na primeira sessão deste trabalho será abordado quem são os autores das teses escolhidas, os principais participantes da Conferência e suas ideias, no segundo momento do texto serão discutidas as quatro teses selecionadas, duas versando

sobre nacionalização e ensino e duas sobre a aplicação da inspeção escolar.

## SESSÃO I

É importante ter em mente que a realização de grandes eventos de âmbito nacional e estadual ocorreram durante a década de 1920 por todo o Brasil, norteados pela ideia de modernização e reestruturação de seus sistemas de ensino. Alexandre Hoeller (2013) explana que para além da realização da 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário de 1927 de Santa Catarina, aconteceram também outros eventos no mesmo sentido, são eles: Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada pelo governo federal no Rio de Janeiro em 1921, o Congresso de Ensino Primário e Normal no Paraná em 1926, o Primeiro Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais no ano de 1927 e a Primeira Conferência Nacional de Educação, organizada através da Associação Brasileira de Educação e ocorrendo Curitiba em 1927. Isto nos demonstra que os discursos sobre modernização do ensino já assumiam contornos mais definidos e ganhavam força, se articulando através da rede de intelectuais que se consolidara nas últimas décadas.

Nos anais foram registradas 52 teses confeccionadas por diferentes intelectuais da época que estavam interessados na construção e organização do ensino primário em Santa Catarina. As teses versam sobre diferentes temas latentes e problemas manifestados no sistema educacional do período, passando por questões como métodos de leitura e alfabetização, currículo, higiene, ensino de geografia e da história, como ser um bom mestre em sala, como o ensino profissional deve ser encarado pelo Estado, questões acerca de currículo, cursos de alfabetização noturnos e por fim como a nacionalização deve se manifestar na esfera do ensino, entre outros tópicos.

Seguindo o pensamento de Sirinelli (2003), o conceito de intelectual adquire duas definições, uma mais aberta e outra mais fechada. Sendo que a primeira irá se referir aos chamados “mediadores culturais” abarcando sujeitos como jornalistas, escritores, professores e estudantes. Na segunda faceta do conceito está um grupo mais restrito, formado por indivíduos que ocupam uma posição ou atividade com ampla influência na vida pública, se posicionando de forma a defender uma posição ideológica ou uma ação de impacto social. Destaco que as duas facetas do conceito de intelectual se complementam e se entrelaçam, assim como os diferentes intelectuais da Conferência podem ser entendidos enquanto intelectuais nos dois sentidos, o mais aberto e o mais restrito. Seguindo as indicações de Sirinelli (2003), a pesquisa do historiador precisa primeiro passar pelo filtro da primeira definição de intelectual, a mais ampla, mas que o historiador deve estar consciente de que, caso se manifeste necessário ao longo da abordagem historiográfica, pode ser preciso conciliar a segunda e mais estrita noção do conceito, nesse sentido partirei deste ponto utilizando o conceito mais amplo de intelectual.

Pela ordem das teses escolhidas para esta pesquisa e anexadas aos Anais da

Conferência, o primeiro intelectual a ser explanado é o ex-inspetor escolar Flordoardo Cabral que apresentou a tese de número 10 “Inspeção Escolar como deve ser feita?”, o mesmo possui muito poucos registros ou documentos públicos reunidos e divulgados, sendo difícil um detalhamento muito preciso sobre sua carreira. De acordo com Almeida (2011) sabe-se que o Flordoardo era natural de Florianópolis, nascido em 1875 e vindo a falecer em 1934. Exerceu a função de Inspetor Escolar no norte do estado e depois em Lages, retornando a Florianópolis para comandar o Grupo Escolar Lauro Muller. Sua carreira, porém, deixa rastros que podem significar ecos de sua memória e importância na educação estadual, em 26 de fevereiro de 1955 é fundado em Lages o Grupo Escolar Flordoardo Cabral, que depois veio a se transformar na Escola de Educação Básica Flordoardo Cabral, a mesma atende atualmente um total de 25 bairros da cidade funcionando nos três turnos, abarcando o Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais e Médio várias camadas sociais (ALMEIDA, 2011, p. 9).

Como segundo personagem a apresentar uma tese sobre métodos e princípios da inspeção escolar trago o sujeito que se identifica como professor de Jaraguá do Sul, Adalberto Haffner, este envia a Conferência o texto de número 42, o mesmo não se encontrava na Conferência e justifica sua ausência dizendo que é melhor enviar por escrito seus apontamentos “do que vir a Conferência e por acaso não ter ocasião de exprimir minhas ideias” (SANTA CATHARINA, 1927, p. 228).

Provavelmente o mesmo estava se referindo às regras impostas pela Comissão Preparatória no Regimento Interno da Conferência (SANTA CATHARINA, 1927, p. 24) de que apenas os recebedores dos “convites especiais” poderiam se manifestar durante os debates das comissões, os recebedores dos convites gerais, que abarcavam os professores das redes pública e privada, poderiam apenas observar as falas e escrever seus apontamentos durante as sessões para serem lidos pelo presidente da sessão se o mesmo julgasse fortuito, o que poderia gerar dificuldades em transmitir suas visões sobre os temas. Estes limites e regramentos fazem parte da noção de sociabilidade cultural trabalhada por Sirinelli (2003), segundo o mesmo essa noção é composta de duas formas: a partir de redes de sociabilidade que contribuem com o campo intelectual através de forças de adesão (amizade, influência, fidelidades) e de supressão (posições tomadas, decisões) que vai ocasionar o surgimento de “microclimas” moldados pela ação e posicionamento específico de um grupo de intelectuais.

A participação neste evento destinado a debater sobre o ensino catarinense foi minuciosamente selecionada desde o início por Mâncio Costa, Diretor da Instrução Pública, que molda esse “microclima” já nos convites enviados e anexados aos Anais, nestes consta que os detentores de convites gerais apenas poderiam assistir a Conferência e, portanto, não poderiam participar das votações e debates, isto cria uma distância entre este grupo de intelectuais e segundo, formado por convidados especiais e figuras com alta patente no servidorismo público da época, como chefes escolares e superintendentes municipais

(SANTA CATHARINA, 1927, p. 7).

Sobre Adalberto Haffner nenhuma informação foi encontrada fora das que constam em sua tese enviada ao evento. No texto de uma página o professor faz mais um apelo ao Estado do que constrói uma tese, o mesmo pede por mais inspetores de ensino não só nas escolas das regiões mais populosas do estado, mas sim em todas, inclusive nas isoladas, nessas regiões mais afastadas inclusive o educador relata que por falta de uma mão do estado o professor acaba ficando a mercê das vontades e do capricho da população local para manter a ordem no estabelecimento (SANTA CATHARINA, 1927, p. 229).

O quarto intelectual que irei abordar se trata de Carlos Gomes de Oliveira que se identifica como ex-chefe escolar em Joinville e tratou de apresentar a tese número 51 “Nacionalização e Ensino”. De acordo com informações no site Memória Política Catarinense (2020), Carlos Gomes, como ficou popularmente conhecido, nasceu em 12 de outubro de 1894, em Joinville/SC. Sua figura teve uma carreira consolidada dentro da estrutura do estado catarinense ao longo do século XX, ligado à família Gomes de Oliveira, que tinha projeção e atuava no comércio, na vida social e política da região de São Francisco do Sul e de Joinville desde o século XVIII através do cultivo e venda da erva mate. Carlos Gomes estabeleceu contato desde cedo com o sistema educacional do Estado, iniciando sua formação no Grupo Escolar Conselheiro Mafra e concluindo-a no Ginásio Catarinense em 1910, depois Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1918.

Carlos Gomes foi fundador e comandou dois jornais em Joinville ao longo da década de 1920, exercendo também a profissão de advogado. Foi preso com seu primo, Plácido Gomes de Oliveira, em 31 de julho de 1922, por exaltarem em nota os feitos dos 18 do Forte de Copacabana<sup>5</sup> em jornal da cidade, sendo soltos um mês depois. Em 1926 é nomeado por Adolfo Konder como Chefe Escolar da região de Joinville. Foi deputado estadual pelo recém-criado Partido Liberal Catarinense participando da Constituinte Estadual de 1928, foi deputado federal ao longo da década de 1930 fazendo parte da criação da Constituinte Federal de 1935. Com o fechamento dos Congressos e Legislativos Brasileiros em 1937 assumiu como Chefe do Departamento das Municipalidades de Santa Catarina até 1938, sendo nomeado pelo Governador Nereu Ramos<sup>6</sup>. Foi alçado a Secretário Estadual de Interior, Justiça e Educação em Santa Catarina (24/12/1945 a 16/07/1946), e Diretor da Consultoria Jurídica do Estado em 1945. Já pelo Partido Trabalhista Brasileiro foi eleito

5 É um episódio que faz parte do movimento da Reação Republicana que aglutinava a insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas-São Paulo. Considerado como a estreia dos tenentes no cenário político nacional, o movimento de revolta durou apenas dois dias, fracassando desde o início sendo logo sufocado pelas forças federais. O mesmo não obteve a adesão de segmentos militares expressivos e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. (FERREIRA, PINTO, 2006, p. 12)

6 Nasceu em 3 de setembro de 1888, em Lages/SC. Foi advogado, jornalista e professor. Foi o único catarinense que foi Presidente do Brasil, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956. Ocupou também os cargos de Governador (1935-1937), Interventor (1937-1945), Deputado Estadual (1910-1912), (1919-1921), (1930-1930), (1933-1935) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Federal e Constituinte de 1934, Senador e Constituinte de 1946, representando os catarinenses, no século XX. (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020)

senador por Santa Catarina para dois mandatos, entre 1951 e 1959. Escreveu diversas obras ao longo da vida e veio a integrar a Academia Catarinense de Letras a partir de 1970, foi também sócio emérito do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina desde 1929. Faleceu em 15 de agosto de 1997, em Joinville/SC.

Este personagem se torna especialmente interessante em se analisar pois é notável sua influência na esfera pública, que mesmo sendo preso por apoiar um levante republicano é eleito como deputado estadual, participando da Constituinte de 1928, e depois é eleito deputado federal e participa da Constituição Federal de 1935. Ocupa também diversos cargos nomeados de confiança demonstrando que o mesmo soube percorrer a teia política muito bem, iniciando sua carreira de político pelo Partido Liberal Catarinense e depois mudando de espectro enquanto senador pelo Partido Trabalhista brasileiro. Na Conferência Carlos Gomes explana sua tese de 12 páginas sobre os modos e os meios de nacionalizar o ensino, definindo seus contornos com base em suas ideias, que será abordada na próxima sessão deste trabalho.

O quarto e último intelectual que irei explicar aqui se trata da figura identificada como Fernando Steinhauser, professor na cidade de Blumenau que envia a tese de número 19 “Nacionalização e Ensino”. Pelo cruzamento de pesquisas pude chegar ao estudo de Anne Caroline Neves (2019) que investiga as memórias da Escola Pública de Itoupava Norte e sinaliza que ele foi professor da instituição (NEVES, 2019, p. 54), sendo esta uma escola subvencionada pelo estado em área de colonização alemã. A tese de três páginas do educador busca mais fazer um relato sobre a condição que se encontra o ensino na instituição em questão do que elaborar um plano de nacionalização, apesar de trazer pontos sobre a mesma. O relato do professor é valioso pois nos auxilia a identificar contornos da cultura escolar da instituição, que segundo o mesmo possuía a maioria dos alunos enquanto falantes apenas do idioma alemão (SANTA CATHARINA, 1927, p. 520).

Apesar das diferenças de status e caráter econômico, estes intelectuais se encontravam conectados tendo em vista do projeto nacionalizador em ascensão e assumiram no governo vigente um papel importante, através sua atuação como profissionais, bem como pelo seu papel na estruturação e normalização de símbolos e valores almejados pelo governo, sendo importantes formadores e orientadores da opinião pública, e também cabia aos mesmos unir o governo e o povo mediante a difusão de determinados valores transmitidos no ensino escolar. Lerei estes valores como fazendo parte do processo de nacionalização pensado pelo estado, entendendo que o mesmo possui bases em comum, mas que pode se manifestar em contornos diferentes dependendo do sujeito que parte o discurso (GOMES; HANSEN, 2016).

Nesse sentido buscarei na sessão seguinte delimitar melhor a nacionalização e seus mecanismos de fiscalização almejados pelos intelectuais das teses que selecionei, compreendendo cada indivíduo desempenha muitos papéis, alguns dos quais estão em conflito com outros, e que os mesmos pertencem “a uma civilização, a uma cultura nacional

e a uma multidão de subculturas – étnica, profissional, religiosa, amizades, políticos, sociais, ocupacionais, econômicos, sexuais e assim por diante”(STONE, 2011, p. 125). Fatores esses que vem a influenciar em seus discursos e nas suas tomadas de decisões enquanto constituidores do campo intelectual.

## SESSÃO II

Nesta parte do texto tratarei alguns pontos das seguintes teses: números 19 e 51, de mesmo título “Nacionalização e Ensino” escritas, respectivamente, por Fernando Steinhauer e Carlos Gomes de Oliveira; e também as de número 10 e 42 que versam sobre a inspeção escolar e são escritas, na sequência, por; Flordoardo Cabral e Adalberto Haffner. Nesse sentido, destaco que abordarei a nacionalização do ensino em duas frentes, sendo a primeira os discursos propriamente ditos que versam sobre o nacionalismo e seu papel no ensino e, também através seu viés fiscalizador e sua principal ferramenta, a inspeção escolar.

É importante ressaltar que o documento todo, bem como a maioria de suas teses, apresenta fortes contornos do discurso nacionalista do período, ou seja, exaltavam a educação como ferramenta para difusão de valores e hábitos nacionais, isto paralelo a um discurso modernizador de práticas e símbolos em várias áreas, não só do ensino. Sendo assim, seria possível fazer análises sob diferentes prismas da nacionalização discutidos na Conferência, como a higiene, o currículo do ensino, o papel do professor na formação educacional, as práticas de ensino e também os próprios discursos dos educadores e dos políticos nas cerimônias e nos pareceres das teses que constam nos Anais.

Como o termo é recorrente nesta sessão, torna-se fortuito explicar alguns pontos sobre o conceito de nacionalismo que abordei neste trabalho, bem como sua relação na busca pela forma ideal de construção da identidade nacional. Compreendida por Norbert Elias (1994) como uma das etapas do longo processo da formação dos Estados, a formação das nações é entendida como resultado de acontecimentos históricos específicos, indispensavelmente regionais e identitários. Vista como fato recente na história da humanidade, a construção dos alicerces ideológicos em torno da “nação” tem sido constantemente explicada segundo um modelo ideal que associa um agrupamento social específico a fatores de uniformidade em comum como língua, etnia, território, história e traços culturais comuns. Para o historiador Eric Hobsbawm (1990) estes critérios, mesmo passíveis de mutações de acordo com suas particularidades e processos, pendiam desde as primeiras organizações modernas com aspirações nacionais a se transformarem em símbolos e signos referenciais dotados de permanência, sendo os mesmos mobilizados e disseminados pelo próprio “Estado-Nação” com propósitos propagandísticos e programáticos intencionais, bem como caráter validador e de reconhecimento perante outras nações.



Historicamente o Brasil já vinha adquirindo, desde seu império, sombras e contornos de um discurso sobre identidade nacional, balizada pelos anseios da monarquia e das elites em constituir o Brasil na qualidade de pertencente a um território demarcado e específico, assim: “Sem assumir o povo, o Império priorizou o tema da unidade e integridade territorial” (LESSA, 2008, p. 243). Isto significa que entre as populações nacionais o ideal de nação ainda precisaria ser construído e impulsionado. Com a chegada do regime republicano e a entrada de Santa Catarina no século XX, surge como projeto do Estado a necessidade de integrar as populações estrangeiras dispersas pelo interior do estado sob a égide de uma só identidade e projeto de nação. Conforme aponta Nóbrega (2009) como algumas destas populações provinham de países que já haviam adquirido certa identidade nacional, era preciso que as mesmas fossem “neutralizadas” e/ou modificadas por uma “nova” nacionalidade.

Para Fiori (1991, p. 92) a instrução pública em Santa Catarina no período republicano sofre fortes influências de discursos por parte das classes política e intelectual, tanto para modernizar o velho sistema de ensino herdado do período imperial, como construir e disseminar práticas, signos e tradições nacionais que favorecessem a construção identitária homogênea de uma nação brasileira.

O primeiro olhar que estabelecerei aqui será a partir da tese número 51 de Carlos Gomes de Oliveira, que carrega o título de “Nacionalização e Ensino”. Antes disto é preciso delimitar que este eixo temático não constava nas 14 teses oficiais enviadas pela Comissão Preparatória para a preparação dos trabalhos, sendo assim a mesma foi adicionada como fruto de uma inquietação por parte dos intelectuais e políticos em discutir este tema. Não obstante, durante a criação das Comissões que ficaram responsáveis pela divisão dos grupos de estudo das teses enviadas, foi decidido criar uma “comissão especial de estudos das questões relativas à Nacionalização e Ensino” (SANTA CATHARINA, 1927, p. 56). Dada esta importância especial ao tema, isto pode nos demonstrar o quanto ainda era latente a urgência da consolidação de uma identidade nacional, elemento que seria necessário para que o Brasil tivesse sua imagem consolidada como nação. Segundo Michael Pollak (1992) esse empenho ajuda a forjar e inculcar uma memória coletiva que, assim como a individual, é produto de um meio social, compreendendo a memória enquanto um fenômeno edificado coletivamente e socialmente, sendo sujeito a mudanças de discurso e transformações constantes.

Nesse sentido, o nacionalismo almejado na tese em questão é posto com teor moderado e assimilativo, além da influência positivista e de teorias evolucionistas de cunho eugenista e racista do período. Para Carlos Gomes a nacionalidade seria fortalecida a partir do combate ao analfabetismo da população descendente lusa e cabocla e também:

aproveitando as energias raciais dos povos estrangeiros, fundindo-os na massa comum do nosso povo. Assim, não só aprimoraremos o tipo nacional, aproveitando as qualidades boas, que em geral distinguem as raças

européias, como preveniremos atritos futuros que poderiam ser fatais a nossa unidade política. (SANTA CATHARINA, 1927, p. 273)

A criação deste “tipo único” de sujeito a partir da “mistura” de grupos étnicos é um discurso reproduzido não só nesta tese, mas também em falas nas sessões da Conferência bem como por autores de outras teses. As “qualidades boas” referidas por Carlos Gomes advindas da colonização europeia bebem do discurso eurocêntrico característico do período, nele os valores e os atributos de cada grupo são hierarquizados a partir de um modelo de progresso alcançado por estes povos, sendo este modelo estabelecido na Europa a partir da articulação de ideais de progresso, modernidade, de evolução e de civilidade, que era o padrão exclusivo e prescrito por uma elite branca e europeia, que além disso, desvaloriza a ação das outras etnias que faziam parte do território brasileiro, como os povos indígenas e as populações de origem africana.

O professor Fernando Steinhauser (1927) autor da tese número 19, aponta que a mudança e transformação de identidade não ocorreu sem choques e dificuldades, pelo contrário, o fato de existirem escolas particulares financiadas pelas próprias comunidades, dificultou a implementação do ensino público de caráter nacionalista e brasilianista. Isto por que a vida comum dos alunos nestas comunidades estava naturalmente condicionada a língua alemã, esta era falada rotineiramente pelos seus parentes, amigos e pregada pela sua religião protestante, nesse sentido não bastava apenas abrir uma escola pública onde era imposto a maior parte do ensino em língua portuguesa, imputando aos estudantes o aprendizado primordial de uma língua pouco usada em sua comunidade, era apontado descontentamento por parte dos pais com o efeito prático desta medida, que afastava da sociedade local os indivíduos que aprendiam de maneira deficiente os dois idiomas, sobre este cenário o professor disserta:

o aluno, quando vai a doutrina, precisa saber o alemão, porque tudo que o pastor protestante ensina e pergunta é em língua alemã, tudo que o aluno tem de aprender e escrever é em alemão. Agora, lá na doutrina encontram-se os alunos de diversas escolas, tanto particulares quanto públicas. Os alunos das escolas particulares sabem ler e escrever em alemão, em vez de que os alunos das escolas públicas ficam vexados, porque não sabem ou mal sabem ler e escrever naquele idioma, e os pais dele por isto não ficam satisfeitos com o ensino das escolas públicas, o que é um mal para a expansão e renome delas nos distritos coloniais. (SANTA CATARINA, 1927, p. 522)

Se de um lado existia normativas que previam uma série de práticas que visavam agregar mais brasilidades ao currículo e ambiente escolar, como a questão das disciplinas de História e Geografia Nacional, a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa apesar de matérias em outros idiomas serem permitidas, o foco na alfabetização em língua portuguesa no ensino primário, o aumento de unidades escolares no interior do estado através das escolas isoladas e reunidas, de outro lado havia a necessidade de fiscalizar o andamento e o dia a dia destas normativas nos ambientes escolares, muitos deles afastados

da capital e inseridos em zonas de intensa colonização que ofereciam resistências internas das próprias populações as imposições do estado.

É nessa realidade que se insere o papel dos inspetores escolares no estado, estes eram divididos por seis zonas de inspeção no estado catarinense, a falta de recursos porém, forçava todos os inspetores a residirem na zona de inspeção da capital e de lá partir para inspecionar as demais zonas, para piorar o quadro de inspetores era insuficiente para cobrir todas as unidades escolares do estado no cronograma previsto, a falta de ajuda por parte do estado nas locomoções dos profissionais dificultava ainda mais a situação, o que gerava uma série de problemas estruturais na aplicação das inspeções, e este cenário refletiu nas teses sobre inspeção escolar da Conferência.

O inspetor escolar Flodoardo Cabral (1927) relata em sua tese algumas situações e problemas que dificultavam o cumprimento da tarefa de praticar a fiscalização e resolver os problemas relatados pela mesma, estes advindos tanto por parte das comunidades em driblar a fiscalização quanto por parte do estado, que não fornecia subsídios e suporte necessários para a realização das inspeções. Em primeiro lugar o autor relata a falta de confiança com os Conselhos Escolares Familiares<sup>7</sup>, que foram criados em 1925 para diminuir a oneração por parte do Estado na fiscalização das escolas mais isoladas no estado, estes conselhos eram formados por membros da própria comunidade:

Não devemos confiar na ação dos Conselhos Escolares Familiares, que, em grande parte, não satisfazem ao fim para o qual foram instituídos, já porque os respectivos membros são quase sempre escolhidos a feição do professor, já porque os que prestam o serviço o fazem sem responsabilidade dos que o exercem com remuneração. (SANTA CATARINA, 1927, p. 218)

Segundo Hoeller (2009, p. 84) as justificativas por este tipo de fiscalização foram resultantes tanto da receita orçamentária escassa do Estado, bem como foram decorrentes da existência de uma distância e dificuldade de chegar a muitas escolas isoladas no estado com a frequência desejada. Flodoardo Cabral (1927, p. 218) aponta que essa distância e escassez de viagens para inspeção destas unidades escolares isoladas, resultou em uma espécie de relaxamento no cumprimento das normativas de ensino, e também em mecanismos para burlar ou mascarar a real situação destas escolas:

São constantes as queixas, trazidas à Diretoria de Instrução de faltas graves cometidas nas escolas rurais. Ora, se o inspetor tivesse a autonomia e ação, tais faltas não se verificariam. A nossa prática nos tem ensinado a perceber que quando o inspetor se encontra em certa circunscrição, os professores das circunscrições vizinhas trabalham, esforçam-se, receosos de serem pilhados em algum flagrante. (SANTA CATARINA, 1927, p. 219)

No relatório enviado pelo Secretário do Interior e Justiça – Cid Campos – referente a

---

<sup>7</sup> Segundo Hoeller (2009, p. 81) o decreto número nº 1.882 de 1925 estabeleceu a fiscalização permanente das escolas rurais com a instituição dos Conselhos Escolares Familiares. Estes seriam compostos por três membros eleitos pelos pais, tutores ou responsáveis pelos alunos, sendo suas principais atribuições verificar a assiduidade do professor, a regularidade de funcionamento da escola e promover todas as medidas possíveis para a melhoria do ensino.

uma parte de 1927 e metade de 1928, consta que esse cenário de desconfiança para com a fiscalização das escolas rurais por parte dos Conselhos Familiares ainda era verificado pelo Estado, uma vez que, de acordo com Cid Campos, “os conselhos escolares (...) já não podiam corresponder às difíceis funções de órgãos fiscalizadores da assiduidade dos professores, visto que, como consequência, estávamos verificando matrículas e frequências muito aquém do desejado (...)” (SANTA CATHARINA, apud HOELLER, 2009, p. 83). Este relatório reforça a ideia de que as comunidades, de acordo com a afinidade entre o Conselho Escolar Familiar e o professor da escola, agiam de forma a adulterar dados referentes a matrículas e frequências escolares.

Flodoardo Cabral (1927, p. 220) continua falando da influência das comunidades isoladas, em especial as de origem estrangeira, nos assuntos referentes a inspeção e também a interferência das mesmas em tomadas de decisões relativas a políticas educacionais, fatos que, segundo o autor, reduzem o papel do inspetor a “um simples visitador da escola”. O inspetor narra um cenário para expressar sua ideia:

Um fato típico da política aldeã. Em certo distrito dum Município do Estado, os polacos nele residentes, em número superior a 40 famílias, construíram um confortável prédio de alvenaria de tijolos, para funcionar a escola e residir o professor. O governador do Estado criou a escola (pública), que se manteve largo período, e com grande gáudio da população local. Eis, senão quando, foi a escola dali retirada, a pedido, e movida para outra parte, aonde já existiam duas escolas que estavam suficientemente aparelhadas para servir a respectiva população. Enquanto o Governo Federal gasta somas consideráveis no serviço de nacionalização do ensino, os procederes de uma certa política adversária retiram a escola de um núcleo exclusivamente de polacos para dar azo a sua vingança partidária! (SANTA CATARINA, 1927, p. 220)

Para o professor Adalberto Haffner (1927, p. 229), autor do texto número 42 sobre inspeção escolar, “o estabelecimento do Ensino é a pedra fundamental da Sociedade, Estado e Nação e é preciso cuidar desta pedra” e aponta que “a inspeção escolar é a vértebra da escola”, mas para isso seria necessário visitas constantes de inspetores a todas as escolas do estado, não só em parte delas como ocorria na época, conforme narra o professor.

É latente as limitações das ações reais que podiam ser realizadas pelo grupo de intelectuais reunidos na Conferência, começando pelo próprio fato de que apenas uns poucos sujeitos puderam realmente debater nas sessões, pela norma imposta nas divisões de convites. As críticas e apontamentos feitos esbarravam nas próprias fragilidades estruturais do estado, problemas que persistiam a décadas apesar do discurso de enaltecimento e compromisso com o sistema educacional catarinense por parte dos políticos do Partido Republicano Catarinense, que manteve governadores no poder de Santa Catarina desde 1894 até 1930.

Isto nos demonstra uma realidade das lutas brasileiras por trás de melhores

condições em nosso sistema de ensino, por mais que haja debates acerca de métodos, práticas e renovações, tudo estará dependente da afinidade com o projeto político em vigor, a decisão final estará na mão de governantes que possuem seus próprios interesses e intenções, que nem sempre irão seguir os apontamentos e orientações que os intelectuais da área apontam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, entendo as teses da Conferência enquanto discursos que não são fechados em si mesmos, ou seja, estabelecem conexões e dialogam com ideias já produzidas no período, e agem de forma tanto em produzir estratégias e estabelecer formas de controle e disciplinamento, como também são dotados de subjetividades, ou seja, eles carregam em suas entrelinhas mensagens de determinados grupos que muitas vezes são incorporadas no subconsciente da população.

Concluo que entendo a Conferência como um “microcosmo” propício para mediação intelectual destes temas, pois a mesma é alicerçada no “capital cultural” e no “poder simbólico” creditado nos intelectuais participantes tanto pelo poder público quanto pela própria sociedade (GOMES, 2016, p. 10). Sendo assim, percebo a confecção dos Anais da Conferência enquanto um documento/monumento (LE GOFF, 2013), criado como parte dos esforços da cultura política da época em registrar e constituir historicamente a memória da sociedade em questão, no que diz respeito a resolução de problemas e pautas de seu sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **PROFESSORAS VIRTUOSAS; MÃES EDUCADAS: RETRATOS DE MULHERES NOS TEMPOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA (SÉCULOS XIX/XX)**. ARTIGO. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 143-156, junho/2011.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia. “Apresentação”. **Intelectuais mediadores: projeto cultural e ação política**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA CATARINENSE: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2009.

LESSA, C. F. T. R. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 22, n. 62, 2008.

NEVES, Anne Caroline Peixer Abreu. **MEMÓRIAS RESENTIDAS: ESCOLA PÚBLICA DE ITOUPAVA NORTE SUBSTITUÍDA PELO GRUPO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO WIDEMANN (BLUMENAU, 1930 – 1950)**. Dissertação de Mestrado. UDESC, FLORIANÓPOLIS, 2019.

POLLAK, Michael. — **Memória e identidade social** III. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

SANTA CATARINA. **Annaes da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário**. Florianópolis, Off. Graph. da Escola de Aprendizes de Artífices, 31 de julho de 1927.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, Rene. (Org.). Por uma história política. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.